

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Central S.A.
Anápolis – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de ativos relacionados a infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.9.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado determinados ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão da Companhia, incluindo vagões, locomotivas, via permanente, obras em andamento e infraestrutura ferroviária, que somam R\$2.297.462 mil. Os montantes aplicados nos ativos relacionados à infraestrutura da concessão são significativos e essenciais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$652.949 mil de adições de custos nesses ativos de infraestrutura da concessão.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido ao montante envolvido, relevância das adições no período, e risco de que tais ativos sejam indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados para determinar a aplicabilidade da capitalização; ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados; iii) testes extensivos por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras; iv) acompanhamento do andamento das obras por meio de inspeções físicas in loco; v) avaliação das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; e vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos para avaliar as adições no ativo imobilizado.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de baixa de determinada capitalização realizada no ativo imobilizado, sendo este ajuste não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização desses ativos de infraestrutura de concessão preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.9.1, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.10 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos referem-se a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A estimativa do provável lucro tributável futuro é baseada em julgamentos subjetivos sobre premissas prospectivas, tais como volume transportado, custos operacionais, despesas administrativas; sendo o imposto de renda diferido registrado na medida em que a Companhia considera provável a geração de lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos fiscais diferidos serão realizados.

O valor recuperável do ativo fiscal diferido reconhecido pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) o entendimento geral do ambiente de controles internos relacionados a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros; (ii) envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; (iii) revisão das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo; (iii.i) expectativa de crescimento do volume de transportes relacionados à produção de açúcar, grãos, combustíveis e outros; (iii.ii) expectativa em relação aos preços de fretes rodoviários futuros; (iii.iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; (iii.iv) realização de stress testing com cenários alternativos de redução dos lucros tributáveis futuros e (iii.v) projeções independentes dos lucros tributáveis futuros ponderando premissas de mercado e outras condições macroeconômicas disponíveis na data base da avaliação. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 5.10, efetuadas pela Companhia a origem dos impostos registrados, as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura e de realização de tais tributos diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos e as respectivas divulgações na nota 5.10 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como

informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034519/O



Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC PR - 057007/O

RUMO MALHA CENTRAL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Central – Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. nos informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T22	4T21	Var. %	12M22	12M21	Var. %
Receita Líquida	206,7	70,9	n.a.	1.014,8	381,0	n.a.
Custos dos serviços prestados	(148,6)	(140,8)	n.a.	(659,9)	(376,8)	n.a.
Lucro Bruto	58,1	(69,9)	n.a.	354,9	4,2	n.a.
Margem Bruta (%)	28%	-	28,1 p.p.	35%	-	35 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(11,3)	(5,7)	98,2%	(34,7)	(18,5)	87,6%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2,7)	0,2	n.a.	2,7	(0,4)	n.a.
Depreciação e Amortização	54,4	47,4	14,8%	201,2	147,7	36,2%
EBITDA	98,5	- 28,0	-451,8%	524,1	133,0	294,1%
Margem EBITDA (%)	47,7%	-	47,7 p.p.	51,6%	-	51,6 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(87,9)	(103,7)	-15,2%	(344,4)	(386,5)	-10,9%
Imposto de renda e contribuição social	15,0	60,8	-75,3%	7,6	136,4	-94,4%
Lucro Líquido	(28,8)	(118,3)	-75,7%	(13,9)	(264,8)	-94,8%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 206,7 milhões comparada a uma receita operacional de R\$ 70,9 milhões no trimestre findo em 31 de

dezembro de 2021, essa variação ocorre porque em 2021 a Companhia entrou em fase operacional e não operava 100% nos trechos da concessão. O EBITDA de 2022 foi de R\$ 98,5 milhões comparado a um valor negativo de R\$ 28,0 milhões em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2021 quando o mesmo foi negativo de R\$ 3,7 milhões, basicamente em decorrência dos maiores volumes transportados. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 28,8 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2022 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 118,3 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.014,8 milhões comparado a R\$ 381,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O EBITDA foi de R\$ 524,1 milhões, aumento de 294,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 13,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um prejuízo de R\$ 264,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, essa variação basicamente pode ser explicada pelo aumento da receita líquida em consequência ao aumento do volume transportado.

Rumo Malha Central S.A.

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.338.345	1.583.979
Títulos e valores mobiliários	5.3	59.487	84.412
Contas a receber de clientes	5.4	43.093	39.474
Estoques		1.422	1.927
Outros tributos a recuperar		2.227	14.097
Outros ativos		7.086	5.704
Ativo circulante		1.451.660	1.729.593
Caixa restrito		84.969	20.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.10	338.405	331.017
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		61.462	22.989
Outros tributos a recuperar		32.503	-
Depósitos judiciais	5.11	4	10
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	5.886	229.305
Direito de uso	5.9.2	2.806.013	2.794.987
Imobilizado	5.9.1	2.297.462	1.743.303
Intangíveis		1.213	1.489
Ativo não circulante		5.627.917	5.143.100
Total do ativo		7.079.577	6.872.693

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.5	64.928	43.671
Passivos de arrendamento	5.6	7.022	2.206
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	174.512	69.593
Fornecedores	5.7	107.167	213.908
Ordenados e salários a pagar		7.625	7.489
Imposto de renda e contribuição social correntes		90	73
Outros tributos a pagar		4.904	3.417
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	24.563	51.420
Adiantamento de clientes		4.726	8.230
Arrendamentos e concessões		8.753	-
Outros passivos financeiros	5.1	84.179	5.254
Outras contas a pagar		-	1.173
Passivo circulante		488.469	406.434
Empréstimos e financiamentos	5.5	2.070.010	2.233.238
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	89.849	-
Provisão para demandas judiciais	5.11	7	1.172
Passivo de arrendamento	5.6	785.353	612.204
Arrendamentos e concessões		9.823	-
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	1.000.000	1.000.000
Outros passivos financeiros	5.1	29.985	-
Outras contas a pagar		12.095	12.095
Passivo não circulante		3.997.122	3.858.709
Total do passivo		4.485.591	4.265.143
Patrimônio líquido			
Capital social	5.12	3.250.000	3.250.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-445
Prejuízos acumulados		-656.014	-642.005
Total do patrimônio líquido		2.593.986	2.607.550
Total do passivo e passivo a patrimônio líquido		7.079.577	6.872.693

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	6.1	1.014.788	381.016
Custos dos serviços prestados	6.2	-659.895	-376.804
Lucro bruto		354.893	4.212
Despesas comerciais	6.2	-664	-1.364
Despesas gerais e administrativas	6.2	-34.076	-17.088
Outras despesas operacionais, líquidas	6.3	2.653	-367
Despesas operacionais		-32.087	-18.819
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		322.806	-14.607
Despesas financeiras		-355.505	-385.853
Receitas financeiras		210.460	66.983
Variação cambial, líquida		110.274	-2.349
Derivativos e valor justo		-309.665	-65.287
Resultado financeiro líquido	6.4	-344.436	-386.506
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-21.630	-401.113
Imposto de renda e contribuição social	5.10		
Corrente		4	-
Diferido		7.617	136.417
		7.621	136.417
Resultado do exercício		-14.009	-264.696
Resultado por ação básico e diluído:	6.5	-0,0031	-0,05920

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	3.250.000	-445	-642.005	2.607.550
Resultado do exercício	-	-	-14.009	-14.009
Outros resultados abrangentes:				
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa, líquido	-	445	-	445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	445	-14.009	-13.564
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.250.000	-	-656.014	2.593.986

	Capital social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	3.250.000	-	-377.309	2.872.691
Resultado do exercício	-	-	-264.696	-264.696
Outros resultados abrangentes:				
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa, líquido	-	-445	-	-445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-445	-264.696	-265.141
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.250.000	-445	-642.005	2.607.550

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-21.630	-401.113
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		201.239	147.706
Provisão para participações nos resultados e bônus		2.289	5.203
Provisão de demandas judiciais	6.3	-279	346
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber		42	12
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-1.506	-
Juros e variações monetárias		519.536	445.472
Outros		6.153	-9.757
		705.844	187.869
Variação em:			
Contas a receber de clientes		-9.436	-29.853
Outros tributos, líquidos		-60.220	-38.408
Adiantamento de clientes		-3.504	8.230
Estoques		628	-466
Ordenados e salários a pagar		-2.871	191
Fornecedores		-107.425	69.257
Adiantamentos a fornecedores		-174	912
Provisão para demandas judiciais		-62	-3
Outros passivos financeiros		5.429	-2.061
Outros ativos e passivos, líquidos		-39	-6.581
		-177.674	1.218
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais		528.170	189.087
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		32.593	623.553
Caixa restrito		-64.969	-20.000
Adições ao imobilizado e intangível		-545.994	-933.654
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-578.370	-330.101
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos	5.5	178.416	2.053.225

Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	5.5	-	-200.000
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	5.5	-139.906	-69.300
Amortização de principal de passivos de arrendamento	5.6	-1.154	-30
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	5.6	-3.616	-1.073
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-105.405	-301.843
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		10.369	7.102
Pagamento de juros de mútuo		-134.138	-165.863
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamento		-195.434	1.322.218
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		-245.634	1.181.204
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.583.979	402.775
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.338.345	1.583.979

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações finan

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.036.775	389.383
Outras receitas operacionais, líquidas	4	1.668
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	-42	-12
	1.036.737	391.039
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-402.509	-263.467
Outros	-19.153	-12.009
	-421.662	-275.476
Valor adicionado bruto	615.075	115.563
Retenções		
Depreciação e amortização	-201.239	-147.706
	-201.239	-147.706
Valor adicionado líquido produzido	413.836	-32.143
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	210.460	66.983
	210.460	66.983
Valor adicionado total a distribuir	624.296	34.840
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	51.826	26.791
Remuneração direta	45.435	20.428
Benefícios	5.568	5.699
FGTS	823	664
Impostos, taxas e contribuições	29.932	-182.847
Federais	12.965	-151.306
Estaduais	4.316	-42.112
Municipais	12.651	10.571
Remuneração de capitais de terceiros	556.547	455.592

Juros	554.896	453.489
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	1.651	2.103
Remuneração de capitais próprios	-14.009	-264.696
Resultado do exercício	-14.009	-264.696
	624.296	34.840

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Central S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Central”) é uma sociedade por ações brasileira, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados de Tocantins, Goiás e São Paulo.

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN).

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Em 28 de março de 2019 a Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”) conduziu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, vencida pela Rumo.

A Companhia foi constituída com o propósito específico de ser a operadora do contrato decorrente da Licitação: a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP.

O contrato de subconcessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019, portanto, com término em maio de 2049, sem direito à prorrogação.

Em fevereiro de 2021 a Companhia iniciou sua fase operacional, inaugurando também o trecho de São Simão/GO a Estrela do D’Oeste /SP.

1.3 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$ 963.191 patrimônio líquido de R\$ 2.593.986 e prejuízo do exercício de R\$ 14.009.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada pela Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, que têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na classificação do arrendamento da propriedade da controladora como arrendadora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.9.1– Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.10 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.11 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome dinheiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente a Diretoria.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

- **5.8 – Instrumentos financeiros derivativos**

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.338.345	1.583.979	1.338.345	1.583.979
Títulos e valores mobiliários	59.487	84.412	59.487	84.412
Instrumentos financeiros derivativos	5.886	229.305	5.886	229.305
Contas a receber de clientes	43.093	39.474	43.093	39.474
Caixa restrito	84.969	20.000	84.969	20.000
Total	1.531.780	1.957.443	1.531.780	1.957.443
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	(264.361)	(69.593)	(264.361)	(69.593)
Empréstimos e financiamentos	(2.159.501)	(2.276.909)	(2.132.842)	(2.289.936)
Passivos de arrendamento	(792.375)	(614.410)	(792.375)	(614.410)
Fornecedores	(107.167)	(213.908)	(107.167)	(213.908)
Outros passivos financeiros	(114.164)	(5.254)	(114.164)	(5.254)
Total	(3.437.568)	(3.180.074)	(3.410.909)	(3.193.101)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito e empréstimos. Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos	(1.328.910)	(1.630.286)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>)	1.328.910	1.630.286
	<u>-</u>	<u>-</u>

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2022, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>)	Flutuação do dólar	(8.227)	(342.511)	(676.795)	326.058	660.342
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do dólar	8.227	342.511	676.795	(326.058)	(660.342)
Impactos no resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2023. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Dólar	5,2177	5,2500	6,5625	7,8750	- 3,9375	2,6250

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Risco de taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2022				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	182.673	228.341	274.009	137.004	91.336
Títulos e valores mobiliários	7.951	9.938	11.926	5.963	3.975
Caixa restrito	11.147	13.934	16.721	8.360	5.574
Empréstimos e financiamentos	(40.150)	(50.188)	(60.225)	(30.113)	(20.075)
Passivos de arrendamento	(150.430)	(150.430)	(150.430)	(150.430)	(150.430)
Derivativos de taxa de juros	(251.915)	(314.893)	(377.872)	(188.936)	(125.957)
Outros passivos financeiros	(12.328)	(15.117)	(17.907)	(9.538)	(6.749)
Impactos no resultado do exercício	(253.052)	(278.415)	(303.778)	(227.690)	(202.326)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	13,35%	16,69%	20,03%	10,02%	6,68%
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%	5,25%	3,50%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa a expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	1.338.345	1.583.979
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	59.487	84.412
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	84.969	20.000
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	43.093	39.474
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	5.886	229.305
	1.531.780	1.957.170

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>
AA	95.915
AAA	1.392.772
Total	<u>1.488.687</u>

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2022				31/12/2021	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(67.355)	(29.311)	(122.744)	(2.206.069)	(2.425.479)	(2.372.885)
Pagáveis a partes relacionadas	(24.563)	-	-	(1.000.000)	(1.024.563)	(1.051.420)
Fornecedores	(107.167)	-	-	-	(107.167)	(213.908)
Outros passivos financeiros	(114.164)	-	-	-	(114.164)	(5.254)
Passivo de arrendamento	(7.333)	(7.333)	(21.998)	(5.277.921)	(5.314.585)	(4.691.295)
Instrumentos financeiros derivativos	(174.512)	(117.998)	(224.911)	258.945	(258.476)	159.712
	(495.094)	(154.642)	(369.653)	(8.225.045)	(9.244.434)	(8.175.050)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Contas a receber		
Rumo Malha Norte S.A.	9.920	420
Rumo Malha Paulista S.A.	11	559
Rumo Malha Sul S.A.	4	8.249
Rumo S.A.	17.525	93
Terminal São Simão	135	6.797
Raizen S.A e suas controladas	402	22
Outros	3	8
	28.000	16.148
Adiantamento a Fornecedores		
Raizen S.A.	174	-
	174	-
Total do ativo	28.174	16.148
	31/12/2022	31/12/2021
Passivos		
Fornecedores		
Rumo Malha Norte S.A.	7.807	5.982
Rumo Malha Sul S.A.	1.860	2.142
Rumo Malha Paulista S.A.	11.451	113.947
Rumo S.A.	2.508	2.169
Raizen S.A e suas controladas	36.436	49.758
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	6.117	1.193
Outros	159	343
	66.338	175.534
Mútuos ⁽ⁱ⁾		
Rumo S.A.	24.563	51.420
	24.563	51.420
Passivo circulante	90.901	226.954
Mútuos ⁽ⁱ⁾		
Rumo S.A.	1.000.000	1.000.000
	1.000.000	1.000.000
Passivo não circulante	1.000.000	1.000.000
Total do passivo	1.090.901	1.226.954

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo S.A.	45.757	-
Rumo Malha Norte S.A.	7	11
Rumo Malha Paulista S.A.	240	827
Rumo Malha Sul S.A.	-	39
Terminal São Simão S.A.	393	1.981
	46.397	2.858
Compras de produtos / insumos		
Logisport Armazéns Gerais S.A.	(387)	-
Rumo Malha Norte S.A.	(179)	(297)
Rumo Malha Paulista S.A.	(237.143)	(116.997)
Raizen S.A e suas controladas ⁽ⁱⁱ⁾	(154.713)	(52.858)
Rumo Malha Sul S.A.	-	(739)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(129)	-
Outros	5	-
	(392.546)	(170.891)
Receitas (despesa) compartilhadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Rumo Malha Sul S.A.	(1.982)	(748)
Rumo Malha Norte S.A.	(26.649)	7.625
Rumo Malha Paulista S.A.	(296)	489
Rumo S.A.	(4.129)	(868)
Elevações Portuárias S.A	(54)	113
Outros	(108)	25
	(33.218)	6.636
Resultado financeiro		
Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	(130.953)	(176.153)
	(130.953)	(176.153)

- (i) Mútuo captado junto a Controladora Rumo S.A. em 02 de outubro de 2020, com objetivo de reforçar o capital de giro e auxiliar no cumprimento das obrigações junto a fornecedores, com pagamentos de juros semestrais, sendo o saldo devedor reajustado pelo IPCA + 7% a.a. e liquidação de principal em três parcelas anuais a partir de 1 de outubro e 2028.
- (ii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iii) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Benefícios de curto prazo	33.146	31.607
Transações com pagamentos baseados em ações	16.110	23.571
	<u>49.256</u>	<u>55.178</u>

4.2 Pandemia de COVID 19

4.2.1 Contexto Geral

A Companhia continua monitorando a pandemia COVID 19 no cenário global e local, e no momento não há medidas restritivas vigentes e nem impactos nas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não existe circunstâncias que poderiam indicar perda por *impairment*.

4.3 Impactos da guerra na Ucrânia

4.3.1 Contexto Geral

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

4.3.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Fertilizantes:** Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). A companhia entende que não ocorreu impacto na safra de Milho em 2022, tampouco para safra de Soja para 2023, devido os acordos de mercado firmado entre Brasil e Rússia para a demanda de fertilizantes.

- **Commodities:** A safra brasileira de milho de 2021/2022, apesar da quebra da produção no sul do país, deverá ficar acima da safra anterior. Com o aumento do preço da commodity, o Brasil tem espaço para ampliar área produtiva. O que pode acontecer é um aumento da disputa entre o Brasil e América do Norte pela compra de fertilizantes, mesmo com preços elevados, uma vez que o retorno derivado da negociação de commodities por produtores no Brasil os deixam mais capitalizados para disputar com produtores americanos/europeus.

- **Combustíveis:** Como o petróleo brasileiro segue a tabela de preço internacional, continuará ajustando os preços de acordo com a cotação praticada fora do Brasil, mesmo que não haja compra direta da Rússia, a redução da oferta de petróleo no mundo, causará impacto no preço para o consumidor brasileiro.

À medida que o diesel aumenta, o custo operacional da Rumo pode aumentar, porém existe a política de repasse para a tarifa que neutraliza os efeitos sobre o resultado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.4 Inauguração do Terminal Rodoferroviário em Minas Gerais

No dia 09 de junho de 2022 foi inaugurado o Terminal Rodoferroviário Comendador Rubem Montenegro Wanderley, construído em parceria com a Usina Coruripe, localizado na cidade de Iturama (MG), que possui capacidade anual para movimentar mais de 2 milhões de toneladas de açúcar de exportação (VHP).

4.5 Participação no processo de chamamento público – FIPS

Em 27 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a participação da Companhia no processo de Chamamento Público Constitutivo Nº 02/2022 conduzido pela Autoridade Portuária de Santos S.A. (“SPA”), cujo objeto é identificar interessados em celebrar Contrato de Cessão relativo a gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (“FIPS”).

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia foi aprovada pela Autoridade Portuária de Santos S.A. (“SPA”) no processo de Chamamento Público Constitutivo, como resultado, a Companhia celebrou o Contrato de Cessão (“Contrato de Cessão”) relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (“FIPS”).

A associação que figurará como cessionária do Contrato de Cessão será composta por todas as operadoras ferroviárias igualmente aprovadas no âmbito do Chamamento Público. A efetiva constituição dessa associação depende da conclusão de procedimentos administrativos e societários, bem como a conclusão da transição operacional da ferrovia para a FIPS, momento que marcará o início do período de execução do Contrato de Cessão.

4.6 Eventos subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram eventos subsequentes a serem divulgados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	59.487	84.412
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	5.886	229.305
		65.373	313.717
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.338.345	1.583.979
Contas a receber de clientes	5.4	43.093	39.474
Caixa restrito	5.2	84.969	20.000
		1.466.407	1.643.453
Total		1.531.780	1.957.170
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	5.5	20.662	646.624
Passivo de arrendamento	5.6	792.375	614.410
Fornecedores	5.7	107.167	213.908
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	1.024.563	1.051.420
Outros passivos financeiros		114.164	5.254
		2.058.931	2.531.616
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	264.361	69.593
Empréstimos e financiamentos	5.5	2.114.276	1.630.285
		2.378.637	1.699.878
Total		4.437.568	4.231.494

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 114.159 (R\$ 5.254 em 31 de dezembro de 2021). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 14,53% a.a. (10,60% a.a. em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dessas operações gira em torno de 109 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2021).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra.

Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobrecontingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 3.988 no exercício findo em 31 de dezembro 2022, em 2021 não havia saldo.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	5.585	35.969
Aplicações financeiras	1.332.760	1.548.010
	<u>1.338.345</u>	<u>1.583.979</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.332.760	1.548.010
	<u>1.332.760</u>	<u>1.548.010</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,9% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2022 (101,6% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.3 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	33.749	83.945
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	25.585	-
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	153	467
	59.487	84.412

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cientes terceiros	15.353	23.338
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	28.000	16.148
	43.353	39.486
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(260)	(12)
	43.093	39.474

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes terceiros são como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	13.778	23.220
Vencidas		
Até 30 dias	1.575	118
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(260)	(12)
	15.093	23.326

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	-
Provisões	24
Reversões e baixa	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12
Provisões	356
Reversões e baixa	(108)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	260

5.5 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2022	31/12/2021	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
CCB	IPCA	6,59%	806.028	646.624	jan/2048	Aquisição
NCE	Pré-fixado 5,25%	5,25%	1.328.910	1.630.285	jan/2028	Aquisição
Total			2.134.938	2.276.909		
Circulante			64.928	43.671		
Não circulante			2.070.010	2.233.238		
			2.134.938	2.276.909		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Dívida com *swap* para 61% do CDI que representou uma taxa média de 7,59% no ano de 2022

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
13 a 24 meses	26.884	17.405
25 a 36 meses	38.467	19.352
37 a 48 meses	38.499	29.644
49 a 60 meses	38.499	29.676
61 a 72 meses	1.338.675	29.676
73 a 84 meses	40.482	1.641.858
85 a 96 meses	40.482	33.263
Acima de 97 meses	508.022	432.364
	<u>2.070.010</u>	<u>2.233.238</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2022	31/12/2021
Reais (R\$)	806.027	646.624
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.328.911	1.630.285
Total	<u>2.134.938</u>	<u>2.276.909</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Abaixo movimentação dos empréstimos e financiamentos ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	445.976
Captações	2.053.225
Amortização de principal	(200.000)
Pagamento de juros	(69.300)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	47.008
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.276.909
Captações	178.416
Pagamento de juros	(139.906)
Atualização de juros e variação monetária e cambial	(180.481)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.134.938

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 0,60% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 632.687 (R\$ 488.382 em 31 de dezembro de 2021).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 12,44% (4,45% a.a. em 31 de dezembro 2021) (e TJLP de 6,79% (4,80% a.a. em 31 de dezembro de 2021)

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 181.520 (R\$ 348.937 em 31 de dezembro de 2021).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato e são medidos a nível do grupo. A tabela a seguir lista as principais cláusulas e limite mais restritivo dentre os contratos. Os índices apurados utilizam uma interpretação conservadora dos ajustes previstos na fórmula.

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,0x$ em dezembro de 2022	2,25
EBITDA / Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2022	2,87

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2022, as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Operacional - Concessões
Saldo em 01 de janeiro de 2021	491.354
Adições	15.108
Apropriação de juros	57.560
Reajuste contratual	46.568
Pagamento de principal	(30)
Transferências	4.923
Amortização de juros	(1.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.410
Adições	51.149
Apropriação de juros	73.466
Reajuste contratual	63.088
Pagamento de principal	(1.154)
Transferências	(4.968)
Amortização de juros	(3.616)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	792.375
Circulante	7.022
Não circulante	785.353
	792.375

A Companhia utilizou a taxa implícita do contrato, de 11,04% a.a., na mensuração dos passivos de arrendamento.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	214	889
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	22	81
	236	970

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de materiais e serviços	70.561	164.118
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	36.602	49.786
Outros	4	4
Total	107.167	213.908
Fornecedores	40.829	38.374
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	66.338	175.534
	107.167	213.908

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio, juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i>	2.471.298	1.674.960	(258.475)	159.712
	2.471.298	1.674.960	(258.475)	159.712
Não circulante			5.886	229.305
Ativos			5.886	229.305
Circulante			(174.512)	(69.593)
Não circulante			(89.849)	-
Passivos			(264.361)	(69.593)
Total de instrumentos contratados			(258.475)	159.712

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Hedge do valor justo

a) Hedge de valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio	Notional	Valor Contábil		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	Ajuste do valor justo 31/12/2022	31/12/2021
Objetivos					
NCE	(1.674.960)	(1.328.910)	(1.630.286)	(201.696)	65.256
Total	(1.674.960)	(1.328.910)	(1.630.286)	(201.696)	65.256
Instrumento					
Swap de câmbio (BRL + 115% CDI)	1.674.960	(251.499)	159.712	251.499	166.297
Total	1.674.960	(251.499)	159.712	251.499	166.297
Total Líquido	-	(1.580.409)	(1.470.574)	49.803	231.553

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Hedge risco de câmbio	Notional	Valor Contábil		Ajuste do valor justo	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Objetivos					
CCB	(796.338)	(806.028)	-	(4.418)	-
Total	(796.338)	(806.028)	-	(4.418)	-
Instrumento					
CCB	796.338	(6.976)	-	6.976	-
Total	796.338	(6.976)	-	6.976	-
Total Líquido	-	(813.004)	-	2.558	-

5.9 Imobilizado e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, direitos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para *ágio* e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do *ágio* por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação do valor contábil

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Via Permanente	Obras em andamento	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2021	12.095	-	-	143	875.309	887.547
Adições	-	-	1	-	905.906	905.907
Baixas	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Transferências	236.614	155.937	737.217	219.808	(1.351.195)	(1.619)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	248.709	155.937	736.218	219.951	430.020	1.790.835
Adições	-	-	-	2	652.947	652.949
Baixas	-	-	(285)	-	-	(285)
Transferências	22.006	66.433	131.792	341.586	(561.876)	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	270.715	222.370	867.725	561.539	521.091	2.443.440
Depreciação:						
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	-	-	-	-	-
Adições	(2.994)	(5.158)	(20.659)	(18.718)	-	(47.529)
Baixas	-	-	(3)	-	-	(3)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(2.994)	(5.158)	(20.662)	(18.718)	-	(47.532)
Adições	(5.566)	(9.752)	(41.144)	(41.970)	(14)	(98.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(8.560)	(14.910)	(61.806)	(60.688)	(14)	(145.978)
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	245.715	150.779	715.556	201.233	430.020	1.743.303
Saldo em 31 de dezembro de 2022	262.155	207.460	805.919	500.851	521.077	2.297.462

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 24.590 (R\$ 41.576 em 31 de dezembro de 2021), utilizando uma taxa de média de 13,25% a.a (11,81% a.a em 31 de dezembro de 2021) para capitalizar os custos dos empréstimos.

5.9.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação do valor contábil

	Infraestrutura ferroviária	Total
Valor de custo:		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.972.068	2.972.068
Adições	15.109	15.109
Reajuste contratual	46.568	46.568
Saldo em 01 de janeiro de 2022	3.033.745	3.033.745
Adições	51.149	51.149
Reajuste contratual	63.088	63.088
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.147.982	3.147.982
Amortização:		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(138.713)	(138.713)
Adições	(100.045)	(100.045)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(238.758)	(238.758)
Adições	(103.211)	(103.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(341.969)	(341.969)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.794.987	2.794.987
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.806.013	2.806.013

5.10 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- b) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(21.630)	(401.113)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	7.354	136.379
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Outros	267	38
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	7.621	136.417
Taxa efetiva	35,23%	34,01%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	114.601	112.667
Base negativa de contribuição social	41.256	40.560
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	5	399
Resultado não realizado com derivativos	126.036	45.038
Provisão para participação nos resultados	1.420	1.412
Diferenças temporárias sobre outras provisões	3.503	1.420
Variação cambial da dívida	-	107
Despesas diferidas	128.229	168.441
Outros	-	248
Tributos diferidos - Ativos	415.050	370.292
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Ajuste valor justo da dívida	-	(22.187)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	(37.389)	-
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(17.870)	(4.061)
Outros	(21.386)	(13.027)
Tributos diferidos - Passivos	(76.645)	(39.275)
Total de tributos diferidos	338.405	331.017
Diferido ativo	338.405	331.017

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 202 a Companhia avaliou os impactos observados da pandemia de COVID-19, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2022:

	Diferido ativo
2023	55.064
2024	50.177
2025	50.177
2026	18.574
2027	26.595
2028 a 2030	137.818
Total	338.405

d) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2021	194.371
Resultado	136.310
Diferido sobre hedge accounting de fluxo de caixa	336
Saldo em 31 de dezembro de 2021	331.017
Resultado	7.617
Diferido sobre hedge accounting de fluxo de caixa	(229)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	338.405

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Outros	Resultado não realizado com derivativos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021 (Cobrado) / creditado	-	-	-	194.372	-	194.372
do resultado do período	153.227	1.412	1.818	(13.026)	44.809	188.240
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	153.227	1.412	1.818	181.346	44.809	382.612
(Cobrado) / creditado	-	-	-	-	-	-
do resultado do período	2.631	8	1.690	(40.460)	106.293	70.162
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(229)	(229)
Diferenças cambiais	-	-	-	(37.495)	-	(37.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	155.858	1.420	3.508	103.391	150.873	415.050

ii. Impostos diferidos passivos

	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021 (Cobrado) / creditado	-	-	-	-
do resultado do exercício	(4.061)	(22.187)	(25.682)	(51.930)
dos resultados abrangentes	-	229	107	336
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Cobrado) / creditado	(4.061)	(21.958)	(25.575)	(51.594)
do resultado do exercício	(13.809)	(2.881)	(8.361)	(25.051)
dos resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.870)	(24.839)	(33.936)	(76.645)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Provisão para demandas judiciais		
	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis, regulatórias e ambientais	7	1.172
	7	1.172

Depósitos judiciais		
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	4	10
	4	10

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	-	-
Provisionados no exercício	343	-	343
Baixas por reversão ou pagamento	829	-	829
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.172	-	1.172
Provisionados no exercício	360	46	406
Baixas por reversão ou pagamento	(1.650)	(47)	(1.697)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	125	1	126
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7	-	7

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributário	19.013	-
Trabalhistas	1.846	909
Cíveis	5.911	663
Regulatórias	8.983	2.832
Ambientais	198	179
	35.951	4.583

• **Tributárias:**

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS ⁽ⁱ⁾	19.013	-
	19.013	-

- (i) Auto de infração referente a falta de pagamento de ICMS na comercialização de vagões ferroviários.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis ⁽ⁱ⁾	5.911	663
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	8.983	2.832
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	198	179
	15.092	3.674

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.

- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	31/12/2022	31/12/2021
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	1.846	909
	1.846	909

(i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.12 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.10 - Imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.250.000 (R\$ 3.250.000 em 31 de dezembro de 2021), constituído por 4.470.908.744 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (4.470.908.744 ações em 31 de dezembro de 2021). As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Rumo S.A.	4.470.908.744	100%

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

i. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de serviços	1.036.775	389.383
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(21.987)	(8.367)
Receita operacional líquida	1.014.788	381.016

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2022	31/12/2021
Transporte de carga e acessórios	1.014.788	381.016
Receita operacional líquida	1.014.788	381.016

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Material de uso e consumo	(11.633)	(6.308)
Despesa com pessoal	(57.217)	(30.061)
Depreciação e amortização	(201.239)	(147.706)
Despesas com serviços de terceiros	(19.895)	(12.870)
Taxas regulatórias	(387.740)	(175.494)
Outras despesas	(16.911)	(22.817)
	(694.635)	(395.256)
Custo dos serviços prestados	(659.895)	(376.804)
Despesas comerciais	(664)	(1.364)
Despesas gerais e administrativas	(34.076)	(17.088)
	(694.635)	(395.256)

6.3 Outras despesas, líquidas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Efeito líquido das demandas judiciais	279	(346)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	52	-
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	244
Créditos fiscais extemporâneos	1.506	-
Outros	816	(265)
	2.653	(367)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(130.127)	(47.173)
Variação cambial líquida sobre dívidas	110.280	(2.284)
Resultado com derivativos e valor justo	(309.665)	(131.432)
Amortização dos gastos de captação	(1.331)	(71.269)
Fianças e garantias sobre dívidas	(3.684)	(3.029)
	(334.527)	(255.187)
Rendimentos de aplicações financeiras	184.403	66.781
	184.403	66.781
Custo da dívida, líquida	(150.124)	(188.406)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	26.057	201
Arrendamento e concessão	(3.144)	(1.211)
Passivos de arrendamento	(73.469)	(57.560)
Despesas bancárias e outros	(897)	(349)
Variação cambial e derivativos	(6)	(65)
Juros sobre mútuos	(130.953)	(176.153)
Juros sobre outras obrigações	(11.900)	37.037
	(194.312)	(198.100)
Resultado financeiro, líquido	(344.436)	(386.506)
Despesas financeiras	(355.505)	(319.678)
Receitas financeiras	210.460	66.983
Variação cambial	110.274	(2.349)
Derivativos	(309.665)	(131.462)
Resultado financeiro, líquido	(344.436)	(386.506)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(14.009)	(264.696)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	4.470.909	4.470.909
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	<u>(0,00313)</u>	<u>(0,05920)</u>